

ATA DA 13ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA
25 de fevereiro de 2021

1 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta
2 minutos (13h30min), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa
3 Catarina - CEDCA/SC reuniu-se em Assembleia Ordinária realizada na modalidade *online*
4 através da plataforma Google Meet. Iniciou-se a reunião com a abertura realizada pela
5 Coordenação do CEDCA sendo este **o item primeiro da ordem do dia**: Abertura pela
6 Coordenação. O Coordenador Geral Cléber Paes Alves saúda a todos Conselheiro/as Estaduais.
7 Saúda ainda as pessoas que nos acompanham ou que posteriormente nos assistirão pelo canal
8 da SDS no YouTube. Por fim, passa a palavra para a Vice Coordenadora do Conselho. A
9 Conselheira Maristela Cizeski dá as boas-vindas aos Conselheiros e à todas as pessoas
10 acompanhando no Youtube. O Conselheiro Cléber passa a palavra ao conselheiro Daniel Neves
11 Damiani que saúda a todos. Passando a palavra novamente para a Mesa Coordenadora, a
12 Secretária Executiva do Conselho, Thaís Telemberg, que saúda a todos e dá prosseguimento
13 na ordem do dia. **Item segundo da ordem do dia: justificativas de ausências**: Conselheira
14 Lúcia Helena dos Santos justificou sua ausência pelo comparecimento em mesma data e hora
15 na justiça militar; Conselheira Mara Rúbia Morigi apresentou atestado de saúde; Conselheira
16 Cláudia Forte da Silva justificou sua ausência por motivos profissionais; Conselheiro Harlei
17 Cruz justificou sua ausência por motivos profissionais; Conselheiros Cláudio Luiz Orço e
18 Marcieli Maccari justificaram suas ausências pelo agravamento da Pandemia no Oeste
19 catarinense; Conselheira Salete Luciana de Oliveira Luciano teve sua ausência justificada pela
20 sua Titular, por estar com Covid e Conselheira Tamiris Moreira Espíndola teve sua ausência
21 justificada pelo Coordenador Geral, por estar com Covid. **Item terceiro da ordem do dia:**
22 **apreciação da ata da última plenária**. O conselheiro Cléber Paes Alves explicou que devido a
23 troca e ausência de alguns conselheiros que estavam na incumbência de produzir a ata da
24 última plenária de janeiro, esta não foi escrita a tempo para ser incluída na ordem do dia;
25 porém, afirmou que já estavam tomando as providências e que na plenária de março será
26 apresentada tanto a ata da plenária de janeiro como a de fevereiro. **Item quatro da ordem do**
27 **dia: Composição do Fórum dos Direitos da Criança e do adolescente de Santa Catarina para**
28 **a eleição das entidades Não Governamentais para o Biênio 2021-2023**: O Conselheiro Cléber
29 Paes Alves informou que este ponto era pauta na plenária de janeiro e que a Coordenação
30 encaminhou dia quatro de fevereiro, via Ofício CEDCA/SDS nº 07/2021, para o fórum DCA um
31 questionamento sobre o tema. O secretariado do Fórum DCA respondeu que estaria reunido
32 dia dezoito de fevereiro para eleição da comissão eleitoral. Informou também que no dia vinte
33 e cinco de fevereiro, recebeu também um Ofício do Fórum informando a formação da
34 Comissão Eleitoral, agora o próximo passo seria enviar um ofício para o Gabinete do
35 Governador para que ele tome ciência e que posteriormente isso seja publicado no Diário
36 Oficial, o Conselheiro chamou a atenção que este é um processo necessário e burocrático cuja
37 agilidade garantirá que o CEDCA não paralise suas atividades. O Conselheiro passou então a
38 palavra para a Secretária Executiva Thaís Telemberg para ler o conteúdo do Ofício enviado
39 pelo Fórum DCA: “O Secretariado do Fórum DCA/SC, respeitosamente encaminha para
40 conhecimento da Composição da Comissão eleitoral do Fórum Estadual DCA/SC, aprovada em
41 24 de fevereiro do corrente, considerando a Carta de Princípios do Fórum DCA, documento
42 em anexo, com a finalidade de articular as Instituições Não Governamentais, para a
43 Assembleia de eleição da Sociedade Civil gestão 2021/2023, para comporem o Conselho
44 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando assim constituída: Número 1 –

ATA DA 13ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA
25 de fevereiro de 2021

45 União dos escoteiros do Brasil; Número 2 – Associação dos Integrantes do Fórum Catarinense
46 pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil; Número 3 – Associação Catarinense
47 de Conselheiros Tutelares; Número 4 – Pastoral da Criança; Número 5 – União Catarinense de
48 Educação UCE Maristas; Número 6 – Fundação Joanna de Angelis; Número 7 – Associação
49 Mover Caminhos. Outrossim, na oportunidade, reafirmamos nosso compromisso enquanto
50 sociedade civil em defesa e garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no território
51 Catarinense Juntos somos mais fortes. Atenciosamente, Elaine Paes e Lima, Coordenadora do
52 Fórum DCA do Estado de Santa Catarina”. Conselheiro Cléber informou que dará o devido
53 encaminhamento ao processo eleitoral da sociedade Civil. **Item 5 da ordem do dia: Edital de**
54 **chamamento de projetos.** O Coordenador passou a palavra para Daniel Neves Damiani,
55 Coordenador da COF, que por sua vez passou a palavra para a conselheira Aline Ogliari que
56 fez uma breve recapitulação do processo. A Conselheira Neylen Bruggemann Bunn Junckes
57 questionou se os efeitos da Pandemia poderiam ser levados em consideração para a
58 classificação dos projetos. O Conselheiro Daniel Neves Damiani explicou que o Diagnóstico já
59 leva em consideração um eixo que levanta problemas relacionados à saúde das crianças e
60 adolescentes de Santa Catarina e que a inclusão dos efeitos da pandemia como critério faria
61 com que o processo desse um passo atrás e que no sentido de tempo e salientou que o recurso
62 tem que chegar o mais rápido possível para as entidades. A Conselheira Aline então retomou
63 a explicação da primeira votação, apresentou três possibilidades propostas pela COF para a
64 etapa de avaliação da qualidade do projeto. A plenária votou quanto a possibilidade de um
65 projeto ganhar um prazo adicional para adequar algum critério que tenha sido avaliado como
66 insatisfatório ou se estaria eliminado do processo. Votou-se por unanimidade pela
67 possibilidade de se dar um prazo adicional para adequação. Após isso, foi votado o número
68 máximo de critérios considerados insatisfatórios que o projeto poderia atingir para conseguir
69 o tempo de adequação. A Conselheira Aline Ogliari argumentou que possibilitar um número
70 maior de critérios insatisfatórios pode ser um processo didático para as entidades. Maristela
71 Cizeski argumentou que uma abertura maior do número de critérios seria um processo mais
72 didático e democrático para as entidades. Após, a Conselheira Neylen Bruggemann Bunn
73 Junckes mostrou preocupação quanto a possibilidade de ser destinar recursos públicos para
74 projetos ruins. Após, o Conselheiro Erasmo Marchi defendeu a proposta de no máximo dois
75 critérios insatisfatórios e chamou a atenção para a responsabilidade da Comissão Julgadora.
76 Após, Daniel Neves Damiani pontuou que a fase de qualidade do projeto deveria ser mais
77 criteriosa porque a fase do diagnóstico garante uma pontuação significativa para os projetos.
78 Votou-se, por 7 a 4, pela proposta que limita em dois critérios classificados como
79 insatisfatórios desde que um deles não seja o dos objetivos para que o projeto não seja
80 eliminado. A conselheira Aline Ogliari começou a explicar então a metodologia de distribuição
81 dos recursos do FIA proposto pela Comissão de Orçamento e Finanças. A Conselheira saudou
82 os Conselheiros e explicou como seria esta nova etapa na classificação dos projetos conforme
83 o Edital de Chamamento de Projetos. A terceira etapa de classificação dos projetos seria uma
84 redistribuição regional do recurso, sendo que após as etapas de avaliação da qualidade do
85 projeto e da aderência com o diagnóstico socioeconômico da criança e do adolescente de
86 Santa Catarina, os projetos classificados seriam divididos em mesorregiões pelo Estado. Cada
87 mesorregião do Estado receberá um orçamento conforme o cálculo da sua população

**ATA DA 13ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA
25 de fevereiro de 2021**

88 ponderada pela população em situação de pobreza. A proposta da COF pode ser visualizada
89 na tabela abaixo:

PROPOSTA COF - ATÉ 20 PROJETOS DE ATÉ R\$ 100.000,00

Mesorregião	População (Estim. da População - IBGE, 2017)	Domicílios em Situação de Pobreza (%)	Domicílios em situação de pobreza	Domicílios totais em Sit. de Pobreza (de SC)	Distribuição prop. do recurso FIA (R\$ 2.000.000,00)	Média (%) do FIA	Quantidade mínima de projetos	Total (R\$) em projetos
Oeste Catarinense	1.152.777	6,17%	71.161	24,9056%	R\$ 498.112,62	25%	5 (4,98)	R\$ 500.000,00
Norte Catarinense	1.141.018	5,06%	57.725	20,2029%	R\$ 404.058,73	20%	4 (4,04)	R\$ 400.000,00
Vale do Itajaí	1.365.334	3,34%	45.602	15,9600%	R\$ 319.200,75	16%	3 (3,19)	R\$ 300.000,00
Serrana	406.765	10,07%	40.945	14,3302%	R\$ 286.604,93	14%	3 (2,86)	R\$ 300.000,00
Sul Catarinense	876.513	4,19%	36.700	12,8445%	R\$ 256.890,98	13%	3 (2,56)	R\$ 300.000,00
Grande Florianópolis	924.080	3,64%	33.591	11,7566%	R\$ 235.132,00	12%	2 (2,53)	R\$ 200.000,00
Total	5.866.487	32,46%	285.724	100,0000%	R\$ 2.000.000,00	100%	20	R\$ 2.000.000,00

90
91 Após a explanação, a metodologia foi votada e aprovada por unanimidade. Logo após foi
92 discutida a questão do critério de desempate entre projetos. Após a votação, o Conselheiro
93 Daniel Neves Damiani pediu apoio da área técnica da Secretaria para a analisar o Edital com
94 as propostas recém aprovadas, lembrou que esse apoio já havia sido solicitado quando o Edital
95 estava na fase de minuta e não obteve resposta. **Item 06 da ordem do dia: atualização da**
96 **gerência de políticas para crianças, adolescentes e jovens – GECAJ da SDS acerca do comitê**
97 **gestor estadual do SIPIA/CT, e do comitê de participação adolescente – CPA.** A Conselheira
98 Neylen Bruggemann Bunn Junckes começou lembrando a todos do encaminhamento da
99 última plenária em que ficou decidido que ela e Thaís Telemberg ficaram incumbidas de
100 levantar os nomes que estavam no Comitê que o CEDCA havia criado em outra gestão,
101 informou também que a Secretária Executiva Thaís Telemberg teve que substituir colega
102 adocida e não teve tempo para levantar as informações. A Conselheira então retoma essa
103 discussão para a que seja enviado um ofício para as pessoas que estavam designadas para
104 compor o Comitê Gestor do SIPIA/CT questionando-as quanto a intenção ou não de continuar
105 a compor o Comitê. Na mesma linha a Conselheira Neylen Bruggemann Bunn Junckes,
106 também levantou a questão sobre a necessidade do Conselho fazer uma revisão de
107 Resoluções passadas do Conselho que podem estar em conflito com novas. A conselheira
108 Neylen Bruggemann Bunn Junckes informou então que, como Gerente da área de política para
109 as crianças e adolescentes jovens da SDS, convocou uma reunião dia 16 de fevereiro com as
110 duas adolescentes que foram escolhidas para o Comitê Participativo dos Adolescentes – CPA
111 na Conferência Nacional, Daira e Ana Luiza, para discutirem como os adolescentes podem
112 participar das atividades do CEDCA. A Conselheira Giovana Zandoná destacou que, se o CEDCA
113 regulamentasse a participação dos adolescentes no Conselho, estimularia os Municípios a

**ATA DA 13ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA
25 de fevereiro de 2021**

114 fazerem o mesmo, ampliando a participação dos jovens em todo o Estado. Como
115 encaminhamento a Conselheira Neylen Bruggemann Bunn Junckes propôs que as
116 adolescentes sejam então convidadas para as próximas plenárias, com direito a voz. A
117 Conselheira Maristela Cizeski, então afirmou que no entendimento dela as adolescentes já
118 estariam sendo convidadas. A conselheira Neylen Bruggemann Bunn Junckes explicou que não
119 era esse o caso. Ficou acordado então que seria enviado o convite para a participação das
120 adolescentes do CPA das próximas plenárias e possivelmente para as reuniões das Comissões.
121 O Conselheiro Cléber Paes Alves informou que a participação do CPA já estava prevista na
122 proposta de alteração de lei do CEDCA que se encontra atualmente na COJUR. **Item 7 da**
123 **ordem do dia: Momento das Comissões.** Comissão de Políticas Públicas, Capacitação e
124 Formação – CPP: Conselheira Giovana Zandoná informou que a Comissão está trabalhando no
125 plano de trabalho da comissão, ajustando o cronograma das ações. Comissão de Normas –
126 CoN: conselheira Sandra Regina Medeiros Nazário informou que a Comissão já enviou o
127 Projeto de Lei do CEDCA para a COJUR da SDS e solicitou à Secretária Executiva se havia alguma
128 norma que não dependa da lei do CEDCA que a Comissão possa trabalhar nesse momento. O
129 Conselheiro Cléber então propôs resgatar a lista de prioridades das Comissões e todas as
130 portarias vigentes para verificar se há conflito entre elas, sendo o caso de revogar algumas.
131 Comissão de Atendimento Socioeducativo – CAS: Conselheiro Cléber Paes Alves informou que
132 será resgatado a Resolução que definiu os integrantes da Comissão para se incluir as
133 Conselheiras Giovana Zandoná e Neylen Bruggemann Bunn Junckes. A Conselheira Neylen
134 Bruggemann Bunn Junckes, alertou que essa Comissão tem que retomar os trabalhos para que
135 as políticas do Poder Executivo possam ser encaminhadas pois dependem de deliberações
136 desta Comissão. Comissão de Orçamento e Finanças – COF: Conselheiro Daniel Neves Damiani
137 informou que o trabalho da Comissão agora era colocar no Edital o que havia sido decidido no
138 dia desta plenária e enviar para a área técnica da SDS avaliar. **Item 8 da ordem do dia:**
139 **Informes:** A Secretária Executiva Thaís tomou a palavra e deu os seguintes informes: 1)
140 Comunicou que no dia 29 de janeiro foi publicado no Diário Oficial do Estado o Ato nº
141 178/2021 que nomeou os seguintes Conselheiros governamentais: Conselheira Titular da
142 Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, senhora Mara Rubia Morigi.
143 Conselheiras Titular e Suplente da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, senhoras
144 Neylen Bruggemann Bunn Junckes e Fabíola Andrade Schmitz. Conselheiros Titular e Suplente
145 da Secretaria Executiva de Comunicação, senhor Cléber Paes Alves, e senhora Fernanda
146 Steffens de Souza. Conselheiras Titular e Suplente da Casa Civil, senhoras Cláudia Fortes da
147 Silva e Vera Lúcia Silveira Machado. Sobre a indicação de Conselheiros Titular e Suplente,
148 realizada pela Casa Civil, para ocupar a cadeira da extinta Secretaria de Estado do Turismo,
149 Cultura e Esporte - SOL, com fulcro no Parecer Nº 257/20-PGE, comunicou que o processo foi
150 devolvido visto que os nomes indicados não pertencem ao quadro de pessoal da SANTUR,
151 FESPORTE e FCC, como exige o Parecer do PGE. Atualmente o processo SSP 72/2021 encontra-
152 se no Gabinete da FESPORTE. 2) No dia 12 de fevereiro os Conselheiros Maristela Cizeski e

**ATA DA 13ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA
25 de fevereiro de 2021**

153 Daniel Neves Damiani, participaram na FECAM, representando o CEDCA, do Lançamento
154 Oficial da Campanha Unificada do FIA e FMI, com transmissão ao vivo pelo canal do Youtube
155 da FECAM. O vídeo continua disponível para acesso na Plataforma. 3) Comunicou que
156 recebemos documentos do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família - NECAD da
157 Universidade Federal de Santa Catarina, entre eles o Relatório Final de estágio e “PROJETO DE
158 INTERVENÇÃO: Trabalho infantil e a dimensão preventiva da Proteção Social Básica” que foi
159 apresentado pela estagiária Mayara Garcia na reunião de dezembro de 2020. Informou que já
160 socializamos os documentos recebidos com todos os Conselheiros. 4) A Secretaria Executiva
161 do CEDCA recebeu e-mail da 7ª Promotoria de Justiça da Comarca da Jaraguá do Sul que
162 comunica o Arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar violação de direitos de
163 crianças e adolescente com a ausência de vara exclusiva para os feitos da infância e juventude
164 e descumprimento, pelo Poder Judiciário, dos arts. 150 e 151 do Estatuto da Criança e do
165 Adolescente na Comarca de Jaraguá do Sul. 5) Comunicou que recebemos do Programa de
166 Erradicação do Trabalho Infantil da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social o Ofício
167 nº 21/2021 endereçado ao Coordenador do CEDCA que solicita ao Conselho a retomada da
168 Comissão Intersetorial para a equipe estadual do Programa de Erradicação do Trabalho
169 Infantil – PETI, focou decidido que seria marcado uma reunião com a equipe responsável na
170 SDS para se retomar a comissão. 6) Para finalizar, comunicamos que nossa próxima reunião
171 ordinária do plenário está agendada para o dia 25 de março de 2021 às 13h30min. Maristela
172 agradece o apoio de todos na plenária de hoje e reafirma que continuará lutando em defesa
173 da criança e adolescente de Santa Catarina. Cleber agradece a presença de todos e aguarda a
174 todos na próxima plenária. Por fim, cabe-nos registrar que estiveram presentes nesta plenária
175 os/as Conselheiros/as: Rosane Cristina Jacques (Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
176 – SAR), Neylen Bruggemann Bunn Junckes (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social –
177 SDS), Fernanda Zimmermann Forster (Secretaria de Estado da Educação – SED), Cléber Paes
178 Alves (Secretaria Executiva de Comunicação), Daniel Neves Damiani (Secretaria de Estado da
179 Fazenda – SEF), Erasmo Marchi e Roberto Murilo Coutinho (União dos Escoteiros do Brasil),
180 Giovana Maria Weber Zandoná (Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual
181 Infanto-juvenil), Miller Domingues Lopes (Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares –
182 ACCT), Maristela Cizeski (Pastoral da Criança), Aline Ogliari (União Catarinense de Educação –
183 UCE) e Sandra Regina Medeiros Nazário (Fundação Educacional Joanna de Angelis).
184 Participaram ainda da reunião a Secretária Executiva Thaís Telemberg Soares.